
“A História da Escravidão”

Olivier Pétré-Grenouilleau. São Paulo, Editora Boitempo, 1ª edição, novembro de 2009, 150 pgs.

Fabio Luis Barbosa dos Santos¹

O livro “A História da Escravidão” de Olivier Pétré-Grenouilleau é um ensaio ameno de pretensão didática que se propõe a responder três questões: “o que é realmente escravidão? Por que “apareceu” e como evoluiu? Como, afinal, conseguimos aboli-la por toda parte, ao menos oficialmente, embora muitas vezes ela ainda resista de forma clandestina?”.

Na maneira como o autor enuncia o problema revelam-se suas premissas: parte de universais humanistas para condenar a escravidão como um “crime contra a humanidade” que deve ser combatido e erradicado. Sua opção metodológica revela a inspiração weberiana, buscando na convergência de uma miríade de fatores a explicação histórica, ao mesmo tempo em que identifica na progressiva afirmação dos valores associados à democracia ocidental um triunfo humanista. É nesta perspectiva que relaciona o movimento abolicionista moderno à afirmação dos direitos humanos desde a sua matriz ocidental: “Podemos dizer que o abolicionismo, tal como se desenvolveu na Europa e nas Américas antes de ser exportado para outras partes do mundo, foi o primeiro movimento internacional a favor dos direitos humanos de toda a história da humanidade (...)”. (p. 135)

Sob este prisma, a escravidão é encarada como um fenômeno histórico transversal, o que permite a livre comparação de suas diferentes manifestações na história. Esta é a força do livro, que desfila um erudito mosaico de referências no estilo francês de História das Civilizações, mas é ao mesmo tempo sua vulnerabilidade historiográfica e ideológica.

A redução da escravidão à sua dimensão humanista obscurece a especificidade da instituição nos diferentes contextos mencionados no livro, onde a própria condena moral pode ser etnocêntrica e anacrônica. Nas palavras do renomado historiador Moses Finley: “Slavery is not an autonomous system; it is an institution embedded in a social structure. It is no longer the same institution when the structure is significantly altered, and ideas about slavery have to be examined structurally too.”²

¹ Doutorando em História pela Universidade de São Paulo.

² Moses Finley. *The idea of slavery: critique of Davis Brion Davis' The problem of Slavery in Western Culture*. Em: *Slavery in the New World. A reader in comparative history*. Ed. Laura Foner e Eugene Genovese. Estados Unidos, Prentice Hall, 1969, pg. 260.

Para restringir-nos à história ocidental: a escravidão moderna é marcada por um grau de mercantilização que a distingue da antiga, onde o provimento de escravos está ligado à conquista militar, o que estabelece um limite extra econômico que o tráfico Atlântico desconhece. Esta diferença remete ao caráter colonial do escravismo moderno, diferente do mundo antigo onde o móvel da colonização foi a pressão demográfica. No plano ideológico, a escravidão moderna esteve associada desde o início a um debate que contestava a sua legitimidade - como mostrou Brion Davis³ - evoluindo dos argumentos teológicos de Las Casas aos econômicos presentes em Adam Smith.

Em síntese, a opção metodológica pelo enfoque transversal oblitera as conexões entre a instituição da escravidão e o modo de produção específico em que se insere, ensejando uma relativização dos vetores que constituem a explicação histórica - o que impossibilita, por exemplo, a distinção entre escravidão e escravismo. Como forma de contornar este problema específico, o autor argumenta que não existe consenso entre os pesquisadores em relação à distinção entre sociedades “com escravos” e sociedades “escravagistas” - como se o dissenso não fosse constitutivo do debate intelectual e a tomada de posição, uma decisão ideológica de consequências políticas: “Assim, parece-me que temos de recorrer a outros fatores (além da quantidade e da economia), se desejamos manter a distinção entre esses dois tipos de sociedade. Refiro-me em especial, às dimensões cultural e política, porque, numa sociedade escravagista, como a do Velho Sul dos Estados Unidos de antes de 1865, a escravidão não era somente um fato social ou um meio de produção, era também uma forma de conceber o mundo e uma maneira de pensar.” (p. 65)

Do ponto de vista dos países periféricos, esta abordagem que não inscreve a escravidão em uma totalidade histórica tem significativa consequência ideológica: ao ignorar os nexos entre o antigo sistema colonial e a formação do capitalismo, o subdesenvolvimento é destituído de raiz histórica. Como decorrência, emerge como acidental que as formas da escravidão contemporânea identificadas pelo autor, em uma conceituação problemática nos seus próprios termos, subsistam basicamente no terceiro mundo. Ao incluir nesta categoria “a escravidão por dívida; formas de exploração extremas da mão de obra, tanto na agricultura (plantações) como nas minas e nas empresas de terceirização industrial; a servidão doméstica clandestina, que existe também na Europa” (ps. 100-1), o autor contradiz a premissa afirmada na página 43: “Assim, a existência da escravidão subentende a existência do comércio de homens. Ela é a mercantilização do homem como tal, em sua totalidade.” A raiz deste equívoco está em um enfoque que isola a escravidão do conjunto das relações sociais, esvaziando a sua especificidade histórica. Como decorrência, questões relacionadas ao padrão de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e sua expressão concreta no

³ Davis Brion Davis. *The problem of Slavery in Western Culture*. Inglaterra, Penguin Books, 1970.

mundo do trabalho contemporâneo são reduzidas e igualadas como escravidão, apesar de excluírem a posse e o comércio de homens que caracteriza a instituição segundo o próprio autor.

No plano político, ao elidir o problema das relações centro-periferia e da luta de classes, o autor estabelece a ONU como referência precípua dos valores humanistas, explicitando um partido ideológico que exala o ranço das missões civilizatórias. Ao vincular as raízes ideológicas da organização à causa abolicionista, admitindo que “os abolicionistas não eram necessariamente anticolonialistas” (p. 137) e que “o abolicionismo não foi nem de direita nem de esquerda” (p. 142), está implícito o caráter dos nexos que o autor pretende estabelecer. Na sua visão, existe uma continuidade entre o desígnio humanista de erradicação da escravidão e a constituição da ONU como guardiã e difusora dos valores ocidentais: “O processo começou por uma internacional abolicionista, sustentada por contatos entre indivíduos e sociedades (como a Sociedade Francesa dos Amigos dos Negros, fundada em 1788) ou clubes, que sob certos aspectos poderiam figurar como ancestrais das atuais Organizações Não Governamentais (ONG). Depois, no século XIX, veio a época dos acordos entre diferentes Estados. Por último, no século XX, vieram os documentos de alcance verdadeiramente mundial por meio da implantação de organismos de vocação internacional (SDN, ONU).” (p. 136-7)

Em suma, o ensejo de estabelecer uma definição e uma interpretação histórica da evolução da escravidão fundada em universais humanistas transversais no tempo e acima das ideologias, encontra correspondência política em uma adesão à ONU como portadora de um desígnio civilizatório de validade universal. Aqueles que não acreditam em uma coisa ou em outra se frustrarão com o livro, pois apesar da rica erudição e da orientação didática, não responde adequadamente às questões que propõe.

Assim, o ensaio de Olivier Pétré-Grenouilleau revela-se como uma visita ao museu do Louvre: um instigante contato com parte do acervo cultural da humanidade, que abre horizontes e provoca a curiosidade por estabelecer relações e saber mais. Por outro lado, quem quiser entender o próprio Louvre, precisará superar a ideologia que informa a sua fundação.